ANTI CAPITALISTA

N.º 05 (SÉRIE II) – ABRIL 2018

MOVIMENTO ESTUDANTIL P.04

TRABALHO CIENTÍFICO P.05

ENSINO PRECÁRIO: ESTUDANTES, INVESTIGADORXS E DOCENTES EM LUTA

EDITORIAL

BONS E MAUS POEMAS DE PRIMAVERA

A presente edição da *Anticapitalista* surge na sequência de um início de primavera politicamente turbulento, dentro e fora de fronteiras.

No instante em que lês este editorial, já passaste pela ilustração da capa, onde Salomé Uribe sintetiza na figura de Ahed Tamimi a expressão de mais do que uma turbulência. A questão palestiniana, que retomamos a partir dos textos de Ana Bárbara Pedrosa e de Waldo Mermestein, encontrou na rebeldia desta jovem de 17 anos um símbolo da revolta coletiva face à máquina repressora da colonização sionista. Ahed Tamimi, recordemos, a adolescente da Cisjordânia cuja reação filmada perante a ação repressiva de dois soldados israelitas se disseminou pelas redes sociais, foi detida por militares no mesmo dia em que o seu primo de 15 anos, Mohammed, era atingido com uma bala na cabeça. O início desta turbulenta primavera confirmou a pena de prisão de 8 meses aplicada à jovem, gorando, contudo, as expetativas do ministro da Educação (!) de Israel, para quem Tamimi «deveria passar o resto da vida na prisão».

A notícia da execução da ativista e militante do PSOL Marielle Franco às mãos dos sicários dos poderosos no Brasil merece-nos atenção, através do texto de Luís Leiria. Entre a indignação coletiva e as ocas lamentações de circunstância, fica o desassombro e a coragem apenas traduzível em luta.

Ao mesmo tempo, por cá, assistimos à lentidão ou impasse quanto à regularização do precariado do Estado. Adiamentos, restrições, burocratismos com ares de boicote têm contribuído para que a regularização dos vínculos laborais de milhares de trabalhadorxs, nos termos da lei negociada com os partidos à esquerda, não vá para a frente. É o caso dxs investigadorxs, bolseirxos e docentes no Ensino Superior, abordado neste número pela mão de Paula Sequeiros. Neste como noutros casos, é necessário que se construam formas de participação que excedam as organizações convencionais e que partam de bases de reivindicação concreta.

Mafalda Escada fala-nos da desilusão com um Governo que parece não querer assumir o combate à desigualdade na educação. Ao mesmo tempo, mostra-nos como a mobilização restaura as forças de quem luta e é capaz de desafiar as estruturas associativas a posicionarem-se face aos problemas que fazem do ensino superior um pilar de desigualdade social e cultural no país.

Mas uma primavera não se faz só de maus poemas. Marcando os 200 anos do nascimento de Marx, o Bloco organizou uma conferência ampla e participada em torno do seu legado. Ao longo de dois dias muito preenchidos, discutimos a necessidade de politizar as relações de exploração capitalista, com o imprescindível contributo de organizações e movimentos abrangentes, plurais, sem rendição ao conforto da posição minoritária ou simplesmente reativa. Forçar os limites do possível é o imperativo alimentado pelo compromisso coletivo das vozes concretas. Não há conquistas na resignação, nem ganhos políticos sem ação conflituante e desequilíbrio da relação de forças. O marxismo consequente lê e responde ao seu tempo, age pela mobilização social e constrói-se em abertura e pluralidade.

Regressemos à ilustração de capa de Salomé Uribe, a artista que convidámos para, com a sua linguagem, se pronunciar nesta edição da *Anticapitalista*. Das primaveras mais turbulentas nasce o vigor insurgente, a voz de uma indignação transformadora, que a criatividade da Salomé recria nos cravos vermelhos que envolvem a silhueta da jovem palestiniana. O presente número da *Anticapitalista* nasce na convicção de que não há Abril sem cravos e que, ante a conformação dos maus poemas, impõe-se o gesto do virar de página.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Bons e maus poemas de primavera

3 **Internacional**
Marielle Franco: símbolo global

4 **Ativismo**
Dia dx Estudante: encontra as diferenças

5 **Ativismo**
É para cumprir! Trabalho científico e justiça social

6 **Dossiê**
Palestina

7 **Ilustração**
Salomé Uribe

7 **Breviário**
Sionismo

8 **Aconteceu**
Greve Internacional de Mulheres
Encontro "Todas as Vozes Contam"

8 **Vai Acontecer**
Concentração de Precários do Estado
Manifestação: Enterrar de vez o furo, tiras as petrolíferas do mar
Encontro de Ativistas Estudantis

8 **Leituras**
A Grande Guerra pela Civilização. A Conquista do Médio Oriente
Corpos na Trouxa. Histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestinianas no exílio

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Miguel Lobo Barbosa
Rodrigo Rivera

Design
Helena Borges

Participaram nesta edição
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Luís Leiria
Hugo Monteiro
Paula Sequeiros
Rita Gorgulho
Salomé Uribe
Mafalda Escada
Waldo Mermelstein

Ilustração Capa e pág. 6
Salomé Uribe

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

INTERNACIONAL

MARIELLE FRANCO: SÍMBOLO GLOBAL

LUÍS LEIRIA

O assassinato da vereadora do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), ativista dos direitos do povo das favelas do Rio de Janeiro, pretendia intimidar a esquerda socialista. A resposta nas ruas do Brasil e do mundo mostra que o tiro saiu pela culatra.

Sábado, dia 5 de março: os corpos de dois moradores, Eduardo Ferreira e Reginaldo Santos Batista, são encontrados na favela do Acari, na cidade do Rio de Janeiro, nas margens de um rio.

Sábado, dia 10 de março: a Polícia Militar entra na favela do Acari, em dois "caveirões" (veículos blindados), revistando pessoas, invadindo casas, aterrorizando os moradores. No mesmo dia, a vereadora Marielle Franco, denuncia no Facebook: «O 41.° Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro está aterrorizando e violentando moradores de Acari. Nessa semana dois jovens foram mortos e jogados em um valão».

Dia 12 de março: Matheus Melo Castro, de 23 anos, é atingido por duas balas disparadas por uma patrulha da Polícia Militar, no momento em que regressava, de mota, da casa da namorada no Jacarezinho, um bairro periférico do Rio de Janeiro. Os polícias veem-no cair mas nem se preocupam em ir socorrê-lo. Moradores alertados pelo barulho levam o rapaz, a exaurir-se em sangue, num carrinho de mão ao hospital. Tarde demais: o jovem não sobreviveu.

Dia 13 de março: Marielle Franco twita: «Mais um homicídio de um jovem pode estar entrando para a conta da PM. Matheus Melo estava saindo da igreja. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?»

Dia 14 de março: Marielle é assassinada com quatro tiros na cabeça, num atentado que vitimou também o motorista Anderson Gomes. Ela tinha participado num debate com jovens negras no centro do Rio de Janeiro. Quando chegou, um carro já estava estacionado perto, o mesmo que a seguiu e deu a localização para um terceiro automóvel, onde viajavam os assassinos que dispararam depois de manobrar para ficarem ao lado do veículo da vereadora.

TERRAMOTO POLÍTICO

O assassinato de Marielle foi um verdadeiro terramoto na política brasileira e mundial. Os protestos de muitos milhares de pessoas em dezenas de cidades no Brasil provocaram uma onda de choque em todo o mundo. O *The Washington Post* dedicou ao assassinato de Marielle um extenso artigo, manchete da primeira página, sob o título «De vereadora do Rio a símbolo global», destacando que se os assassinos queriam silenciá-la, o resultado que obtiveram foi o oposto: transformá-la num «símbolo global da opressão racial».

Desde o início deste ano, já foram assassinados 24 líderes e ativistas sociais e políticos por todo o Brasil. Mas o crime que levou a vida de Marielle Franco não foi mais do mesmo. Pela primeira vez, uma morte encomendada vitimou uma parlamentar de uma capital importante. Acresce que Marielle era militante do PSOL, a maior formação política da esquerda socialista brasileira. E que o Rio de Janeiro é a cidade de maior implantação deste partido, tendo o deputado estadual Marcelo Freixo disputado, em outubro de 2016, a prefeitura (câmara municipal), na segunda volta, com o atual prefeito, o pastor evangélico Marcelo Crivela.

O recado deste crime, perpetrado por quem não quis disfarçar o seu caráter de execução, é, por isso, claro: a direita fascista pretende intimidar e esmagar a esquerda que desponta como alternativa ao fracasso do Partido dos Trabalhadores (PT). Só que a reação indignada de multidões nas ruas de dezenas de cidades no Brasil, que apanhou muitos de surpresa, mostra que há reservas de energia para transformar o luto em luta.

DIA DX ESTUDANTE: ENCONTRA AS DIFERENÇAS

Mafalda Escada

Em Lisboa, a expressão cancela a propina marcou a manifestação pela mão desses movimentos e chegou à imprensa, passando por cima do pudor das académicas quanto à reivindicação clara do fim da propina

No dia 24 de março fez 56 anos que o fascismo proibiu o Dia do Estudante e que em Lisboa cantinas e faculdades foram ocupadas por estudantes. Atualmente, os sucessivos Dia do Estudante têm sido marcados por mais celebração do que reivindicação, com encontros entre figuras do Governo e dirigentes associativos e pouca movimentação nas ruas, apesar dos inúmeros problemas na educação. Este ano, o Dia do Estudante foi diferente. Face ao extremar dos problemas, tem-se vindo a formar e consolidar um movimento de contestação e reivindicação. A nível do básico e do secundário, têm sido inúmeras as notícias de escolas com graves problemas materiais e falta de pessoal a que se seguiram protestos em Lisboa, Loures, Matosinhos, Braga e Golegã.

A nível do ensino superior houve seis ações de rua organizadas por estudantes em Lisboa, Évora, Porto, Braga, Coimbra e Açores. O Dia do Estudante foi marcado pelo afastamento do Governo da celebração, pela reivindicação e mais estudantes na rua - em Lisboa a participação foi o dobro de 2017 -, e pela radicalização, tendo tido o fim da propina especial destaque, em detrimento da "redução", apesar de, mais uma vez, as académicas não se terem esforçado no processo de mobilização, à exceção da de Coimbra que pôs cerca de mil estudantes na rua, um sinal importante.

A reposição de salários e direitos com a atual solução parlamentar não se tem feito sentir no ensino superior cuja política continua a excluir e a empurrar estudantes para o trabalho precário. Os custos associados à frequência do ensino superior foram, sem dúvida, o centro das reivindicações deste ano: fim da propina, custos de taxas e emolumentos, custos de habitação, mais e melhor ação social. São reivindicações que, de forma mais ou menos recuada, têm sido feitas, mas que ganham outro tom perante o desprezo do Governo que, somente após alerta da OCDE para a reduzida percentagem de jovens estudantes no país, começa a tomar medidas. Porém, medidas erradas que acertam ao lado dos problemas, maquilhagem que não enganou estudantes. Este Dia do Estudante provou isso mesmo. A mobilização da Académica de Coimbra e de movimentos estudantis emergentes são o reflexo da vontade e necessidade de organização estudantil, de espaços de reivindicação. Em Lisboa, a expressão "cancela a propina" marcou a manifestação pela mão desses movimentos e chegou à imprensa, passando por cima do pudor das académicas quanto à reivindicação clara do fim da propina.

Só através da mobilização estudantil é possível lançar um debate profundo sobre ensino superior, desconstruindo lugares comuns e evidenciando contradições do atual sistema, como a inevitabilidade da propina, e pressionar mais estruturas associativas a posicionarem-se, com ressonância também nos partidos à esquerda para maior capacidade de agendamento. É necessário que nos mexamos dentro e fora do partido, rejeitando visões sectárias do movimento estudantil e procurando trabalhar ativamente, numa perspetiva horizontal, com todas as pessoas que se mostram disponíveis a batalhar por um ensino mais justo, que não penalize famílias e estudantes com poucos rendimentos e, por isso, verdadeiramente democrático. Enquanto bloquistas temos como dever impulsionar estes movimentos, contrariando a sua institucionalização, acabar com chavões vazios e atualizar as reivindicações, procurando dotar-nos de argumentos sólidos e de pensamento estratégico que ultrapasse a mobilização pontual e que crie um discurso articulado com ação contínua e militante para que o próximo Dia do Estudante não seja um mero dia no calendário, mas o culminar desse trabalho de fundo e continuado com cada vez, com cada vez mais estudantes na rua.

ATIVISMO

É PARA CUMPRIR! TRABALHO CIENTÍFICO E JUSTIÇA SOCIAL

PAULA SEQUEIROS

OUTROS, AINDA, PRESSIONAM PARA QUE AS BOLSAS CONSECUTIVAS DEEM LUGAR A CONTRATOS, AO ABRIGO DA LEI (NORMA TRANSITÓRIA). NESTE MOMENTO HÁ POUQUÍSSIMOS CONTRATOS ASSINADOS, MUITOS FICARAM SEM BOLSA SEQUER.

Excedentário e privilegiado é como certa narrativa representa o trabalho precário em investigação e docência no ensino superior. Obscurantismo, quase anedota. Não se desse o caso de xs visados se afirmarem já publicamente: o que fazemos é trabalho e é necessário. Precárixs, este é o momento nas ruas, nos jornais, nas redes sociais digitais para mostrar indignação e nos afirmarmos necessárixs e até indispensáveis na ciência e ensino das décadas recentes.

Em fevereiro, conhecemos jogos de palavras pouco assisados de um reitor num jornal: quem investiga e também ensina não é mais, nem é igual... é menos do que quem ensina. Desacerto na matemática e no português. Disse: estão nos estabelecimentos de ensino superior mas não ensinam, *ajudam*, não investigam, *colaboram, é diferente.* Tentou... acertar no alvo estafado por setas de soslaio: virar quem ensina contra quem investiga, quem trabalha *a sério contra os diferentes*. Declarações de outros reitores replicaram a depreciação.

Quem trabalha precariamente sabe a matemática do efetivamente trabalhado, aperfeiçoou o português dos direitos, encetou com a sociedade e com colegas, igualmente precárixs ou igualmente trabalhadorxs, movimentações e comunicação que estão em crescendo.

A depreciação marcou a fase inicial, após o registo de muitos no PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública) para regularizar vínculos e reivindicar um contrato digno.

Outros, ainda, pressionam para que as bolsas consecutivas deem lugar a contratos, ao abrigo da lei (norma transitória). Neste momento há pouquíssimos contratos assinados, muitos ficaram sem bolsa sequer.

Tanto o PREVPAP como essa norma, após muita e longa pressão das e dos atingidos, foram negociados no parlamento e ministérios por partidos e representantes à esquerda. Os diplomas legais, embora com deficiências, dirigiram-se à correção do que é central: precariedade extrema, continuidade para amadurecer os frutos do trabalho. Os ganhos sociais não se exprimem com desacerto matemático e terminológico. São reclamados claramente por investigadoras e investigadores numa sucessão de intervenções públicas.

Com tanta adversidade, só podemos ser dedicados ao que fazemos. Não se vá esperar que nos alimentemos do contentamento intelectual próprio. Não é jogo de palavras, nem é solitário: a sociedade requer-nos permanentemente. E seriamente continuamos a fazê-lo.

O direito a um trabalho decente foi o mais afrontado nas declarações dos reitores. O refrescamento do pessoal afeto ao ensino e à investigação, a democracia e o serviço público que queremos assegurar nas instituições, serão importantes termos na inequação das relações de trabalho académico e com a sociedade.

Têm passado nas redes digitais, e não só, comentários irónicos à injustiça de se afrontar, num momento crucial da aplicação da lei, um setor altamente qualificado e por consolidar em Portugal, que não pôde ainda afastar a emigração como saída.

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas declara a 6 de março, sem rebuços, não querer cumprir com o PREVPAP. Alinhadamente, as instituições têm reagido às solicitações das Comissões de Avaliação Bipartida, com representação sindical: resposta nenhuma ou "não são necessidades permanentes".

Entendamo-nos: *necessitam-nos* – desde que na precariedade – para ensinar, para investigar, para publicar artigos e livros. Assim, melhoram *rankings*, obtêm mais financiamento. O autocontentamento com os bons resultados não deveria bastar a quem dirige as universidades?

Diversas ações de protesto da ABIC (Associação de Bolseiros de Investigação Científica) e de sindicatos da FENPROF e do SNESup (Sindicato Nacional do Ensino Superior) tornaram público o nosso descontentamento. A Rede de Investigadores contra a Precariedade Científica impulsionou e deu voz mesmo aos e às mais dispersxs territorialmente. A 23 de março, por apelo do SNESup, ações #eparacumprir ocorreram em instituições públicas por todo o país, como documentado no ciberespaço. A 27 em Lisboa há manifestação, estas organizações e a Federação dos Sindicatos da Função Pública estão presentes.

Feitos "ratos na roda", parar não é nosso hábito. Com o alento das primaveras, continuamos a girar: É para cumprir!

DOSSIÊ

COM QUANTAS PEDRAS SE DEFENDE A DEMOCRACIA?

TEXTOS COMPLETOS EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET

PALESTINA: BREVE COMENTÁRIO SOBRE UMA VIAGEM, *SNIPERS* DE *KIPPAH* E O REGABOFE TRIUNFALISTA

ANA BÁRBARA PEDROSA

Serão tempos confusos, vertiginosos. Há muita informação em simultâneo, acompanhar o mundo é uma vertigem. A Internet acelera o processo, a cada dia há novidades, jornais que afirmam em nome de outros jornais, citações de citações. A distância que nos separa – mais cultural e histórica do que física – enubla o imaginário, cria relações de alteridade. Mas o Médio Oriente está à distância de dois voos, sete horas no ar. Foi formular a hipótese e estar lá um mês depois.

Chego a Jerusalém e é tudo em catadupa: espaço amplo, moderno, judeus ortodoxos, *kippahs*, gente nova armada, civis e militares. As armas contrastam a aparente acalmia, evidenciam que está para rebentar a bomba atómica. Nas ruas, há mais hebraico do que árabe.

Entrando na Cidade Velha, ainda deserta à madrugada, tudo parece caricatura: bairros muçulmano, judeu, cristão e arménio, bandeiras azuis e brancas, lojas de artigos religiosos, *prêt-à-porter* para turistas. E pedra branca, gatos vadios, um vazio que é estímulo.

Mais tarde, no Muro das Lamentações, judeus emocionam-se. Rezam enquanto balançam, agarram os seus livros sagrados, choram, deixam mensagens escritas em papéis. É o segundo lugar mais sagrado para os judeus, suplantado apenas pelo Santo dos Santos, que é o mais importante para cristãos e fica logo atrás, no Monte do Templo, o terceiro mais sagrado para o Islão, depois de Meca e Medina, e de onde os muçulmanos acreditam que Maomé ascendeu num cavalo alado. [continua online]

A LUTA NA PALESTINA HOJE

WALDO MERMELSTEIN

Neste ano [2017] há várias datas marcantes para a Palestina. Há cem anos, a Declaração Balfour, da Inglaterra, favorecia a criação de um "lar nacional judaico" para os judeus, que eram 10% da população. Há 70 anos, a ONU votou a Partilha da Palestina, que dividiu o país dando 51% da área para a minoria judaica que tinha 30% da população. Logo após, os sionistas iniciavam a limpeza étnica que expulsou 80% dos palestinos. Há 50 anos, em 1967, Israel ocupou "provisoriamente" o restante da Palestina. A natureza do Estado de Israel domina toda a vida na Palestina histórica, aquela do mandato britânico. Metade dos palestinos são refugiados, impedidos por Israel de retornar, apesar das repetidas resoluções da ONU. Outros quatro milhões vivem num regime colonial: na Cisjordânia, cheio de muros, controlos militares e 500 mil colonos judeus, e em Gaza, numa imensa prisão a céu aberto. Para se entender como Israel manteve essa situação com o apoio esmagador da maioria judaica é preciso saber como funciona o Estado. Nele, os palestinos são 20% da população. São cidadãos do Estado, mas a única nacionalidade reconhecida é a judaica, o que é a fonte de todas as discriminações. O país não tem Constituição escrita e uma das leis básicas do Estado é a "Lei do Retorno", que dá aos judeus o "direito" de se tornarem cidadãos de Israel, ao passo que nenhum refugiado palestino o tem. As pesquisas históricas mostram como foram meticulosamente expulsos, mas mesmo se isso não fosse assim, não deveria alterar o seu direito de retorno. Os palestinos têm direito de voto, mas os partidos que questionam o caráter judaico do Estado são proibidos. Noventa e três por cento das terras são controladas pelo Fundo Nacional Judaico, que proíbe a sua concessão a não judeus. Com o controlo das instituições do Estado, os judeus beneficiam-se desproporcionalmente dos recursos estatais. O Estado impede a construção ou a expansão de bairros ou de cidades palestinas desde a formação de Israel em 1948, o que explica a frequência das demolições de casas de palestinos. Os "Comitês de Admissão" locais, com maioria judaica, podem vetar legalmente a presença de "indesejados". Cerca de cem mil palestinos beduínos vivem em aldeias "não reconhecidas" pelo Estado, sob constante ameaça de erradicação. Os melhores empregos e os empréstimos habitacionais e educativos são direcionados aos judeus, por meio do pré-requisito de ter servido o exército. [continua online]

SALOMÉ URIBE

Revolução

SIONISMO

Em 1896, Theodor Herzl (escritor e jornalista judeu de origem húngara) publicou *O Estado Judaico*, em que defendeu que, face à amplitude do antissemitismo na Europa (estava-se na época dos grandes pogroms e no rescaldo do caso *Dreyfus*), a assimilação dos judeus era impossível. Por isso, «a única perspetiva de futuro para o povo judeu reside na criação de um Estado judaico independente». Em 1897, o 1.º Congresso Mundial Sionista aprovou por maioria a ideia de estabelecer um Estado judaico na Palestina, embora muitas das comunidades judaicas europeias fossem, por razões diversas, contrárias a esta ideia. É também por essa altura que se forma o o Bund (Liga dos trabalhadores judeus da Rússia e Polónia), que defende que o lugar do proletariado judeu é a lutar ao lado do proletariado por uma mudança socialista, embora mantendo a sua identidade cultural e linguística (iídiche).

Com a declaração Balfour (novembro de 1917) o governo britânico, que detinha o mandato sobre a Palestina histórica declara-se favorável ao estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina.

Depois da II Guerra Mundial e do Holocausto, em 1947 a ONU aprova a resolução 181 que adota um plano de partilha. A Palestina é dividida em dois Estados, um judaico e outro árabe, ficando Jerusalém sob administração da ONU. O Estado palestiniano nunca chegou a existir. Com a criação do Estado de Israel em 1948, uma parte muito significativa da população palestiniana é expulsa para os países vizinhos ou para outros lugares periféricos diferentes daqueles onde vivia. Hoje o que existe é o Estado de Israel, uma Cisjordânia cada vez mais ocupada e dividida, e a faixa de Gaza há 10 anos sob cerco.

ACONTECEU

Greve Internacional de Mulheres

No dia 8 de Março, as ruas de mais de 300 cidades de mais de 50 países foram ocupadas por milhões de mulheres reclamando igualdade. Em Portugal, houve greve ao trabalho doméstico não remunerado e de cuidado e, nas ruas das cidades do Porto e Lisboa, marchou-se em defesa da igualdade.

Encontro de Mulheres "Todas as Vozes Contam"

Nos dias 10 e 11 de março, cerca de 200 ativistas de todo o país estiveram reunidas no Porto. Os debates organizaram-se em torno de três eixos temáticos – precariedade, violências e invisibilidades – e foram tomadas as seguintes decisões: **(1) ORGANIZAR O II ENCONTRO DE MULHERES E (2) VOLTAR A CONVOCAR E ORGANIZAR A GREVE DE MULHERES DO 8 DE MARÇO.**

VAI ACONTECER

7 de abril

Concentração de Precárixs do Estado
Lisboa | 15 H | Praça de Londres
Porto | 15 H | Praça dos Poveiros

O atraso no programa, a falta de garantias de proteção de quem aguarda a regularização, as tentativas de boicote por parte dxs dirigentes, a tímida aplicação nas autarquias até ao momento ou a falta de transparência do processo: em todos estes problemas, é o Governo que tem a responsabilidade de garantir que se cumpre o objetivo do programa, com a regularização de todas as situações de precariedade no Estado.

14 de abril

Manifestação: Enterrar de vez o furo, tirar as petrolíferas do mar
Lisboa | 15 H | Praça Camões

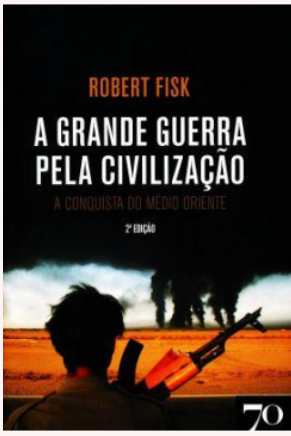
A ameaça dos furos de petróleo continua a pairar sobre nós. Adiamentos, prorrogações, avaliações de impacto ambiental, renegociações... É hora de acabar de vez com as ameaças de furo de petróleo em Portugal!

14-15 de abril

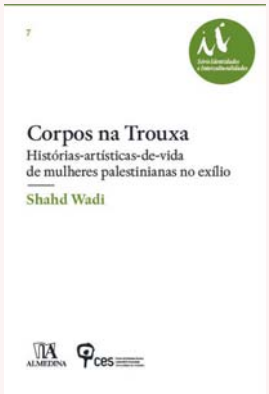
Encontro de Ativistas Estudantis
Lisboa | 15 H | Escola Passos Manuel

Ponto de encontro de ativistas estudantis para discutir e organizar o combate por uma educação diferente, verdadeiramente democrática, pública e gratuita, uma educação livre e emancipatória.

LEITURAS



Correspondente de guerra, há mais de 30 anos que Robert Fisk nos dá notícias sobre o Médio Oriente. Em ***A Grande Guerra pela Civilização. A Conquista do Médio Oriente,*** (2009), Fisk radiografa diversos conflitos que assolam o Médio Oriente, que aqui deve ser entendido em sentido lato, a sua origem e os seus intervenientes, permitindo-nos perceber as causas de vários conflitos que percorrem a região, seja na Palestina ou no Iraque. Ao longo de 1230 envolventes páginas, as palavras de Fisk revelam um Médio Oriente esmagado pela hipocrisia e arrogância do Ocidente, sem caírem, no entanto, na tentação complacente de esquecer que há também variados conflitos gerados a partir de dentro, seja o regime de Saddam Hussein ou a sangrenta guerra civil argelina dos anos 1990. *Andrea Peniche*



O livro de Shahd Wadi (2017) é uma publicação importante. Trata-se da primeira tese de doutoramento em Estudos Feministas apresentada e aprovada na Universidade de Coimbra. Salta à vista, neste contexto, a invulgar ousadia desta tese e da sua autora, que excede a formatação do trabalho académico pisando convenções metodológicas e impondo um estilo de escrita testemunhal que é, em si mesmo, uma afirmação política. Shahd Wadi afirma a resistência contra-hegemónica de uma geração exilada – "eternamente temporária" – onde a própria se inscreve, a partir de linguagens artísticas de mulheres palestinianas nascidas após 1948. Problematizando a própria arquitetura convencional da "história de vida", onde ressalta a narração individualizada de uma única pessoa, o que aqui está em causa é o encontro identitário de várias vozes, memórias e cicatrizes que, a partir de vários lugares e por expressões diversas, confirmam a condição exilada da mulher palestiniana e da própria Palestina oprimida. Várias vozes, "sussurros" que se encontram num problema identitário comum, são formas artísticas de combate ao patriarcado e às forças coloniais de ocupação. Os corpos das mulheres exiladas exprimem e testemunham a experiência do exílio, mas constituem-se também como afirmação artística e política de uma Palestina erguida para além do medo – a Palestina reafirmada na voz das suas mulheres artistas. Não sendo as únicas, estas são boas razões para ler este livro com saborosa atenção.
Hugo Monteiro